

PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E COMPETIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA DOS ANOS 1990: OS CASOS DE MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA¹

Fidel Terenciano²
Maria Do Socorro Souza Braga³
Carlos Augusto da Silva Souza⁴

Introdução

[...] A democracia e a democratização devem ser entendidas em seu contexto e dinâmicas de cada coletividade. O que ocorreu na Europa foi algo tipicamente Europeu; O que ocorreu na América Latina é típico da América Latina e o mesmo deve ser compreendido e válido para África [...] (Os autores 2015).

A democracia e a democratização devem ser entendidas em seu escopo, considerando as singularidades e os aspectos contextuais de cada sociedade. E as democracias da terceira onda, também contemplam singularidades que não podem ser mensuradas a partir dos entulhos dos outros contextos. A pretensão deste estudo é de analisar a democracia e democratização em Moçambique e Zâmbia, considerando dois elementos: o sistema eleitoral, e suas singularidades e, seguidamente, a formação e formato do sistema partidário. Relacionado a isso, concentramos a nossa análise em dois aspectos: primeiro, a competição política e eleitoral nos dois

1 Parte deste artigo foi apresentada no 12º Congresso Nacional de Ciência Política, em Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Agosto de 2015.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: fideldeanarosa@gmail.com

3 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: msbraga2009@gmail.com

4 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil. E-mail: carlossouza@ufpa.br

países, dando ênfase às flutuações partidárias no parlamento e em segundo lugar, analisamos a competição eleitoral na perspectiva da alternância no poder, que constitui uma das dimensões para mensurar o grau de estabilidade das democracias.

A nosso ver, a análise sobre a democracia e democratização pode ser limitada, se não houver inclusão de estudos teóricos e empíricos desenvolvidos por Dahl (1966), O'Donnell e Schmitter (1986); Huntington. (1991); Whitehead (2001); Carothers (2002); Nahlon (2011). E a análise sobre sistema eleitoral e partidário foi embasado nas abordagens de Sartori (1982) Pippa (1997); Ware (1996); Cintra (2007).

Pelos fins teóricos, o debate da democracia e disposições clássicas sobre tal discussão foram inicialmente desenvolvidas por autores da Grécia antiga como Sócrates, Platão, seguindo os contratualistas, doravante Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, etc. que pensaram os princípios teóricos para pensar a democracia. Habitualmente a ideia da democracia compreendida com a noção de que o povo deve ter o controle das decisões do governo sobre eles (Morlino 1986; Zovatto 2007). Entretanto, as democracias contemporâneas sempre foram acompanhadas da ideia de que é importante a participação dos diferentes segmentos na escolha dos políticos e das políticas, e de tal forma que a maioria determine os desígnios do povo (Lavalle e Araújo 2008; Pitkin 1967; Gaxie 1996). Por outro lado, a democracia pode ser entendida como sendo o regime cujos membros da coletividade podem participar da escolha real dos seus governantes, e participar diretamente ou indiretamente nas determinações sobre questões que abrangem todo povo (Held 1991).

Do mesmo modo, e democracia é um conceito e um processo sócio-histórico. Na perspectiva conceitual, a democracia é o governo do povo como avançado acima, e as formas históricas como o exercício da democracia na maioria dos países, se dão com o princípio da delegação (Feres Jr. e Pogrebinsc 2010; Hawkins 2016). No processo sócio-histórico, é possível verificar segundo Mafeje (1995) três modelações da democracia: a liberal, a social e a socialista, que comumente se desdobram em três formas de governo: liberalismo, a social democracia e o socialismo. Dahl (1996) sugere na compreensão da democracia incluir dois aspectos: um entendimento maximalista do que seria uma democracia, e um entendimento descritivo que preocupa se em descrever os elementos gerais das sociedades democráticas. Considerando as garantias mínimas para a democracia explicitadas na poliarquia, Schmitter e Karl (1991) adicionam algumas categorias: que órgãos eleitos têm de conseguir exercer os seus poderes constitucionais, sem estarem sujeitos a um poder sobrepujante de órgãos não eleitos; o sistema político deve ser independente.

Metodologicamente, trata-se de um trabalho exploratório. Consideramos os dados de forma comparativa, realizando uma combinação das medidas de produtividade qualitativa e quantitativa, para avaliar os processos políticos, eleitorais e as flutuações parlamentares nos dois Países. Analisamos a democratização a partir das dinâmicas do sistema político e eleitoral dos dois países, baseado nos dados dos resultados eleitorais oficiais agregados nos dois países, que se encontram disponíveis nos *sites* dos órgãos de gestão eleitoral dos dois países. O intervalo de análise compreende desde o processo de transição e democratização dos dois países, entre 1990 a 2011. A abordagem comparativa buscou entender os dois casos de estudo (n pequeno=2) conforme sugerida por Landmann (2008), Franzese (2007), que buscou incluir condicionalismo contextuais e a endogeneidade, como por exemplo: estrutura social da política, clivagens sociais e políticas, instituições políticas e o tipo de sistema eleitoral e partidário de Moçambique e Zâmbia. Assim, este artigo estrutura-se da seguinte maneira: na segunda seção realizamos uma discussão sobre as dinâmicas do processo de transição e democratização na África; Na terceira parte, apresentamos a trajetória histórica e estrutura social da democratização; Na quarta seção discutimos a competição política e eleitoral dos dois países em perspectiva comparada, e finalmente, a conclusão.

Dinâmicas Políticas e Transição para a Democracia na África

Como se refere Jibrin Ibrahim,

[...] de entre as características essenciais da transição democrática figura a autoridade constitucional, o multipartidarismo, mas igualmente uma transformação sociocultural muito mais profunda permitindo à equipa dirigente livremente eleita e à maioria da população civil de fazer prevalecer a sua primazia em relação às oligarquias militares, os grupos étnicos e regionalistas e/ou a nomenclatura[...] (Ibrahim 1997-98, 124).

Na perspectiva de Furtado (1997/98) a democratização das Sociedades e dos Estados está hoje na ordem do dia, e que durante os finais dos anos oitenta, notou se um movimento robusto de democratização, que de alguma forma, comoveu os países africanos. Apesar dos fatores externos ou internacionais serem importantes, não deve se negar os condicionantes históricos e estruturais endógenos dos países africanos no processo de democratização. Esta discussão é desenvolvida por Wiseman (1997) Visentini (2016) que explicam que o colapso do comunismo na URSS e o fim da Guerra Fria, criaram novas oportunidades para as transições políticas para a democracia em razão do fim da competição Leste-Oeste que tinha

fornecido apoio, ou protegia os regimes autoritários na África.

Sahr (1992) explica que o General Obasanjo, antigo chefe de Estado da Nigéria, discursava no Fórum de Líderes Africanos, em 1990, que:

[...] as mudanças que estão a ter lugar na Europa de Leste têm enormes implicações para o terceiro mundo em geral e para África em particular. Os ventos que derrubaram as ditaduras, os regimes autocráticos, os sistemas econômicos ultrapassados e promoveram a transição democrática e o respeito pelos direitos humanos, não são desconhecidos em África. Os ventos da mudança na Europa de Leste estão a trazer inúmeras oportunidades aos povos africanos para que intensifiquem a sua justa luta pela democracia [...] (Sahr 1992; Pavia s/d, 5).

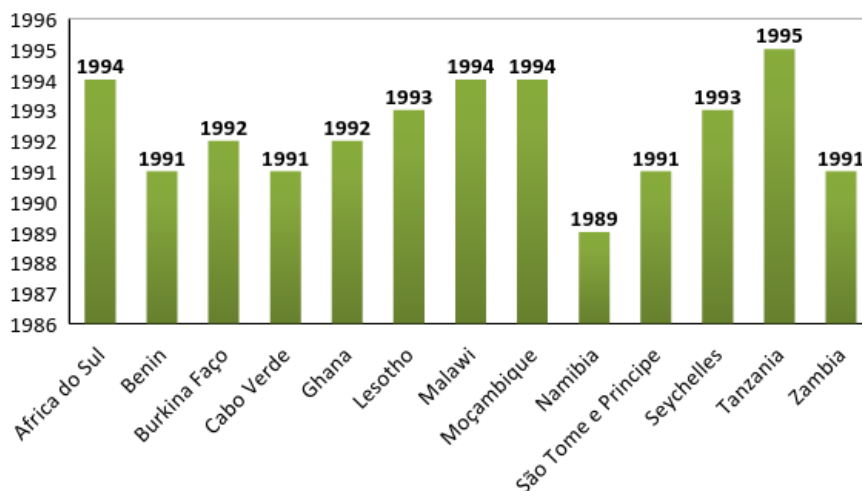
Dois movimentos históricos tiveram consequências em toda África. Ao nível endógeno, primeiro, foi à situação de Benin (1990), quando em uma Conferência Nacional das Forças Ativas da Nação, então convocada pelo regime monopartidário, para começar a realizar reformas constitucionais, que visava o restabelecimento de alguma legitimidade do regime, contrariando deste modo à tomada de poder pela força. Segundo evento, foi à situação na África do Sul, quando o Presidente Frederik de Klerk, legalizou o Congresso Nacional Africano (ANC) e libertou Nelson Mandela da prisão (1990), culminando com início da transição democrática naquele País (Pavia s/d; Southall 2003; Wantchekon e Jensen 2004).

No âmbito exógeno, Phiri e Macheve (2015) ilustram que as negociações que levaram ao fim do conflito no período pós-Guerra Fria, coincidiu com a Terceira Onda Democrática (Huntington 1991; Bratton e Van De Walle 1997). Em termos empíricos, após seis anos (1989 a 1994) uma onda de transições democráticas atravessou toda a África (Southall 2003, 9). Neste período, cerca de 40 países africanos passaram por eleições multipartidárias e em muitos destes houve efetivas mudanças de regime político. Entre eles contam-se, por exemplo, África do Sul, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Gana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia.

Whitehead (2001, 4), na sua análise sobre a democratização e o processo de transição, relaciona tais processos à dimensão internacional e propõe estudá-los a partir de três categorias: o Contágio, o Controle e o Consentimento. A primeira categoria *contágio*, que o autor apelida de fator dominó, que é a propagação da experiência de certo País para outros, por vias não coerciva e não intencional. Whitehead neste ponto mostra duas formas que este processo ocorreu no decorrer da segunda metade do séc. XX (a partir de 1950). Houve aquilo que ele chamou de contágio por proximidade, que se viveu na Europa no final da 2ª Segunda Guerra Mundial:

França, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Noruega, Alemanha, Áustria, Itália. Em todos os países supracitados ocorreu dentro de um intervalo de cinco anos. Segundo, foi à série de 1989: que contém países como Polônia, Tchecoslováquia, Alemanha de Leste, Hungria, Romênia, Bulgária, todos no espaço de um ano. Também fazem parte deste ciclo vários países Africanos como Namíbia, Lesoto, Malawi, Zâmbia, África do Sul, Moçambique, no período também de cinco anos (1990-94).

Gráfico 1 - Transição democrática e realização de Eleições Multipartidárias (1989-1994)



Fonte: Elaborado pelos autores. Com dados da Freedom House (2016).

Moçambique e Zâmbia foram influenciados pelo efeito contágio da África do Sul, ou seja, pode-se afirmar que os desenvolvimentos políticos na África do Sul, que era a potência regional e a libertação de Nelson Mandela, bem como a legalização do partido *African National Congress* (ANC) e finalmente a aceitação do princípio do sufrágio universal, que levou à realização, em Abril de 1994, das primeiras eleições multirraciais na África do Sul e à Constituição de um governo liderado por Nelson Mandela, teve um efeito de contágio em Moçambique e Zâmbia (Pavia s/d, 7).

A segunda dimensão é *controle*. Para Whitehead (2001) esta categoria é relacionada à promoção da ideia da democracia de forma intencional, utilizando-se medidas explícitas que de um modo podem incentivar e de outro penalizar. O Exemplo desta segunda dimensão ocorreu na África Austral, que desde 1989 notou-se uma pressão das potências mundiais

como EUA, Grã-Bretanha, França e outros, através dos seus programas econômicos e políticos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Ao conseguirem surtir o efeito desejado levou muitos países a uma reconciliação nacional e da democratização (Darrnholf 1997; Olk 2003; Southall 2003). Finalmente, a terceira categoria o *consentimento*, que é a categoria mais recente, e adaptada a uma situação de consolidação da democracia que envolve um conjunto de interações entre processos internacionais e grupos nacionais, resultando na produção de novas normas democráticas e expectativas de forma vertical (baixo para cima), que Whitehead (2001) considera a partir de quatro aspectos,

[...] 1º Os limites territoriais das sucessivas democratizações e as suas consequências para sistemas de alianças estabelecidos; 2º As principais estruturas internacionais que tendem a gerar consentimento para as mudanças de regime; 3º As formas como se podem constituir autênticos atores democráticos e nacionais a partir de grupos transnacionais relativamente difusos; 4º O papel dos efeitos de demonstração internacionais [...] (Whitehead 2001, 12).

O'Donnell e Schmitter (1986) propõem que a transição democrática ocorre em três fases: a liberação, a democratização e a consolidação. Estas etapas devem ser entendidas da seguinte maneira: A liberação significa o momento de queda do regime autoritário; democratização valerá no processo de construção do sistema político e de garantias democráticas e a consolidação que diz respeito à plenitude democrática. Nestes estudo, consideramos que transição para a democracia incide no intervalo entre um regime político não democrático para o democrático (O'donnell e Schmitter 1986; Horowitz 1991; Olk 2003), isto porque, o primeiro pressuposto das teorias da transição é de que a democratização não é uma situação, mas o processo que pode ser temporalmente longo.

Trajectoria Histórica e Estrutura Social da Democratização em Moçambique e Zâmbia

A transição para democracia multipartidária em Moçambique

Moçambique como nação resultou da guerra contra o colonizador (Portugal) levada a cabo pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) entre 1964 a 1974. Este processo foi auxiliado a partir das bases recuadas na recém-independente Tanzânia de orientação socialista e a FRELIMO cedo estabeleceu a sua base central no planalto de Mueda, entre os simpatizantes das populações makonde (De Brito 1995; Terenciano e Souza

2015; Terenciano 2016). Com apoio militar da China, da URSS e de outros países do bloco do Leste, a Frente tinha expulsado os portugueses de zonas substanciais das províncias setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. Quando do golpe militar de 1974, em Lisboa, derrubou Marcelo Caetano que abre caminho a independência de Moçambique, em 1975, sob o poder da FRELIMO (Pitcher 2002; Manning 2002; Pitcher 2004; Terenciano e Souza 2015; Terenciano 2016). A orientação socialista da FRELIMO foi consolidada em 1977, com a adoção oficial do marxismo-leninismo pelo partido. Sob a liderança do movimento de libertação (FRELIMO), Moçambique independente tornou-se um Estado socialista de partido único baseado nos princípios do centralismo democrático e um sistema político-administrativo altamente hierarquizado.

A história política e eleitoral de Moçambique foi instituída por eleições em um contexto de partido único (Lavroff 1975; Hayward 1987; Southall 2003). Como tal, em 1977 foram realizadas as primeiras eleições em contexto do sistema de partido único, para escolha de membros do Congresso Popular. Estes membros deveriam ser eleitos a partir das escolhas populares em plebiscito, contudo os escolhidos deveriam ser aceites pelo partido no poder, neste caso a FRELIMO. De alguma forma, as escolhas ou simplesmente a indicação advinha do partido FRELIMO, que se constituía partido-Estado. Situação similar aconteceu em 1986, mais uma vez pelas eleições, também em contexto de partido único, para eleição dos membros do Congresso Popular, cujo processo foi similar ao de 1977, mas com algumas singularidades (José 2005; Nuvunga 2007; Terenciano et al. 2015)⁵.

No período em que prevaleceu o Partido-Estado com ideologia Marxista, Pitcher (2004), Manning (2002) Terenciano (2016) explicam que atravessou se um período de crise e subsequente transição, bem como mudanças ocasionais do modelo socialista de governança, ao mesmo tempo que o Governo Socialista lutava pela sobrevivência aos dezessete anos de conflito contra Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)⁶. O movimento RENAMO surgiu em 1976/7?

[...] com objetivo de destituir o poder do país que estava nas mãos do partido-Estado FRELIMO. No mesmo quadro sócio-político da polarização

⁵ Em 1986, apesar de terem realizado eleições nos moldes de 1977, sobretudo na eleição dos membros da Assembleia Popular, houve alguma ligeira e singela mudança. Por exemplo, a própria escolha dos membros para compor os Assentos na Assembleia Popular, foi com base em eleições indiretas baseadas em comícios em todo o país.

⁶ Para Dias (2012) o processo de democratização de Moçambique culminou com o processo de construção de paz que veio terminar com quase duas décadas de guerra. Seguindo a independência, o partido-Estado FRELIMO não conseguiu aglutinar os diferentes anseios e grupos, que culminou com a guerra civil entre RENAMO e FRELIMO.

mundial com a Guerra Fria, a RENAMO é criada pelo regime de Ian Smith na antiga Rodésia (atualmente Zimbábue) como resposta a ajuda que a FRELIMO dava a Zimbabwe a quando a luta pela independência, e na sua maioria era composta inicialmente por colonos portugueses que se mudaram para a Rodésia após a independência de Moçambique, porém, ainda tinham interesses financeiros no País. Por outro lado, a RENAMO era constituída por cidadãos moçambicanos que fizeram parte do antigo exército português [...] (Geffray 1991; Jardim s/d; Hermele 1990 apud Terenciano 2016, 47).

contra o poder centralizado da FRELIMO, cujos líderes como André Mantsangaisa, Urias Simango e outros organizaram desde então intensa resistência ao poder autoritário da FRELIMO.

Como forma de corrigir estes problemas, o governo liderado pela FRELIMO inicia um processo de reformas econômicas que foi acompanhada pela liberalização política. Esta passagem é ilustrada quando em 1989, no Vº Congresso do Partido, quando a FRELIMO abandonou sua ideologia marxista-leninista e transformou-se em um partido de frente mais ampla. Explica-se que a partir daquele momento, possibilitava-se um caminho aberto para que as condições estruturais seguissem finalmente o modelo capitalista. E o oponente duradoura da FRELIMO na guerra civil, a RENAMO assinou um Acordo Geral de Paz (AGP) com a FRELIMO em 1992 e começou a edificar se como partido político para concorrer nas 1ªs eleições de 1994, que a FRELIMO ganhou com 44% dos votos para Assembleia da República, porém a RENAMO se transformou na maior força da oposição, ganhando 38% dos votos nas eleições legislativas (Manning 2002; Phiri e Macheve 2015; Terenciano 2016; Visentini 2016).

No entanto, após as primeiras eleições de 1994, a RENAMO foi posteriormente violando os termos do AGP. Nas eleições presidenciais e parlamentares 1999, dois candidatos disputaram as eleições, do partido FRELIMO e da RENAMO-UE⁷. O partido no poder, a FRELIMO, foi acusado de manipular votos e falta de transparência, levando RENAMO a reclamar sobre as regras de contagem de votos (Pitcher 2004; Manning 2002; Macuane 2010; Phiri e Macheve 2004; Visentini 2016).

7 RENAMO-UE se constituiu uma coligação de vários partidos da oposição, com dupla percepção: para os partidos pequenos, significava que poderiam ter oportunidade de conseguir alguns assentos parlamentares ou influenciar o jogo político. O contrário, a RENAMO, tinha o objetivo de limpar o terreno da eleição presidencial dos candidatos de pequenos partidos cujos líderes recebiam em troca lugares elegíveis nas listas da coligação para o parlamento.

Transição e Multipartidarismo em 2D (duas dimensões) na Zâmbia

Uma explicação de Ali Mazrui, na história da África (2010), aponta que a Zâmbia primeiramente Rodésia do Norte, foi administrada pela Companhia Britânica da África do Sul, na época em que passa ao domínio direto do Reino Unido. Em 1953, então as duas Rodésias (Rodésia do Norte e do Sul), fundem-se com a colônia britânica de Niassalândia (atual Malawi) e formam a Federação da Rodésia e de Niassa, sob tutela britânica. Em 1963 a federação se dissolve e no ano seguinte, a antiga Rodésia do Norte torna-se independente com o nome de Zâmbia, transformando-se em República; Estado unitário, governado por um presidente e uma Assembleia Nacional unicameral e dentro dos moldes da democracia multipartidária. Entretanto, o primeiro presidente foi Kenneth Kaunda do partido União Nacional da Independência (UNIP), (Kabemba 2004).

A história pós-independência da Zâmbia, tem algumas singularidades que a diferencia dos demais países da região da África Austral. Primeiro, porque não houve um conflito armado antes e após o colonialismo. Segundo, grande parte do protesto contra a administração direta do governo Britânico foi sem recurso e uso da violência, não obstante, alguns episódios recorrentes de agitação social. Historicamente comprova-se que houve tendências de resistência de alguns moradores à administração colonial no Vale do Gwembe em 1958 e os graves surtos de indisciplina entre os alunos em 1960 e entre os habitantes rurais entre julho e agosto de 1961.

Novamente, Zâmbia, difere de muitos países da África Austral, uma vez que existiram dois principais movimentos de libertação, a *United National Independence Party (UNIP)* e o Congresso Nacional Africano da Zâmbia (ZANC), que anos próximos da independência, reuniu e organizou protestos populares contra o domínio britânico. Depois da independência, os dois partidos participaram da eleição multipartidária direta tanto para a Assembleia Legislativa, assim como para as presidenciais (Rasmussen 1974; Sanches 2014). A UNIP foi fundada em 1959 pelos nacionalistas Mainza Chona e Kenneth Kaunda, este último mais tarde foi presidente do país. Kabemba e Eiseman (2004) ilustram que a história da Zâmbia e de alguns países africanos, após independência experimentaram o multipartidarismo (Hyden e Leys 1972; Lavroff 1975; Darnhof 1997), onde os partidos da oposição foram autorizados a participar na competição política e eleitoral (Olk 2003; Southall 2003).

Durante as eleições da Zâmbia independente, em 1964, o UNIP do Kenneth Kaunda, venceu tendo 55 dos 65 assentos parlamentares. A configuração do parlamento incluía dois partidos minoritários,

nomeadamente o ZANC e o Partido Federal Unido (FPU). Apesar do domínio da UNIP no campo político do País, a Zâmbia teve uma democracia vibrante até 1972, quando a liderança política do UNIP optou por um Estado de partido único, seguindo o modelo socialista de governança. Do mesmo modo, havia convicção que tendo o modelo de partido único, seria possível lidar com crescente facção da sociedade baseadas nas divisões étnicas do país (Kabemba e Eiseman 2004). Com adoção do sistema de partido único, o país passou a ter um presidente que era o chefe de Estado e de Governo, como se sucedeu na maior parte dos países dessa Região da África⁸. No período do sistema de partido único, legalmente instituído a partir da constituição de 1973, que conferiu amplos poderes ao Presidente da República. Por exemplo, ele estava acima de qualquer outra autoridade política, e em determinadas circunstâncias os tribunais tinham o poder de questionar suas ações e declará-las lícitas ou ilícitas. E o parlamento, teve um papel apenas de legislar.

Os dois partidos (UNIP e ZANC) especialmente o segundo, cujos membros eram conhecidos por sua disciplina partidária no parlamento, proporcionou uma democracia multipartidária na Zâmbia e aumentou o prestígio e a reputação do Parlamento zambiano. No parlamento, onde os membros do partido do governo aprovavam tudo e nunca questionavam o Governo, os membros do partido da oposição ZANC, desempenharam um papel importante ao fazer barganhas e negociações parlamentares eficazes sob o sistema multipartidário de partido único. Que se verificou na Zâmbia, foi que oposição se manteve continuamente no parlamento e ocupando alguns ministérios, como acontece em democracias com sistema presidencialista ou parlamentarista de coalizão (Mainwaring 1993; Ames 2003; Elgie 2005; Power 2015).

Retorno do partido único: Significou um intervalo do Multipartidarismo?

Considerando a trajetória histórica e política do país, Kabemba e Eiseman (2004) explicam que a introdução de um Estado de partido único, em 1972, matou a jovem e vibrante democracia Zambiana, que abraçou após a independência do País em 1964. Havia muitos fatores em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970 que enfraqueceram os princípios democráticos e ideais de liberal democracia consagrados no estado e na Constituição de 1964. Entretanto, para estes autores, a principal razão para a introdução de democracia de um único partido era para lidar com a crescente facção que

8 Para mais detalhes e de forma comparativa, veja em: Sartori, G, 1982. p: 290-291. Onde o autor faz uma comparação dos sistemas partidários e políticos na África após as independências dos países, e Zâmbia, está incluindo.

surgia na sociedade na base em divisões tribais e étnicas no país.

No início de 1970, o governo e a incapacidade do partido UNIP de lidar com as divisões políticas no país, especialmente dentro do partido UNIP, convenceram o presidente Kaunda da ideia de que tinha chegado o momento de introduzir o estado de partido único. A nova constituição de 1973 transformou a UNIP em único partido legal da Zâmbia, governando o país por 17 anos (Kabemba e Eiseman 2004). Nestes termos, o partido UNIP alegou que era um Estado de partido único, mas uma democracia em que pessoas poderiam participar. O maior teste para esta afirmação veio quando as pessoas tiveram que eleger os seus representantes⁹.

Embora o país tenha deixado de ser uma democracia multipartidária em 1972, ainda permaneceu uma democracia participativa de partido único, o que significava que as pessoas ainda poderiam participar de eleições para apenas escolher seus líderes. Explica-se que a competição eleitoral, sobretudo para a eleição legislativa e dos governos locais, permaneceu muito elevada, porém não se notou mesma dinâmica para a eleição do presidente da República, onde efetivamente não existia nenhuma concorrência. Importante salientar que depois de duas décadas de regime de partido único (1972 a 1991), a Zâmbia voltou à democracia multipartidária, com as eleições de 1991.

Transição política-democrática e o retorno ao multipartidarismo na Zâmbia depois de 1991

A democratização da terceira onda, ou seja, a transição democrática na segunda metade do século XX teve vários estudos relevantes com destaque para O'donnell e Schmitter (1986); *Huntington* (1991) e Carothers (2002). Contudo, os eventos na Europa Oriental agitaram e influenciaram os latentes movimentos em favor da democracia na África, que de alguma forma, provocaram demandas generalizadas para o que é chamado atualmente de pluralismo político (Darnholz 1997; Olk 2003; Sothall 2003).

Durante fins de 1989 e princípios de 1990, novos movimentos foram iniciados por homens e mulheres em vários países do continente (OLK op. cit.; Wantchekon e Jensen 2004), e foi nesta vaga que surgiu um novo partido na Zâmbia, o Movimento para a Democracia Multipartidária (MMD). Apesar de ter começado como movimento pró-democracia de

⁹ Kabemba e Eiseman (2004) criticam o fato de acreditar-se que este sistema permitia a escolha de representantes. Em uma democracia verdadeira as pessoas devem ser capazes de escolher os seus representantes sem medo ou interferência de qualquer trimestre, o que não acontecia na Zâmbia.

base ampla, integrando sindicatos e estudantes e apoiado pela igreja, o MMD transformou-se em um partido político e concorreu nas eleições multipartidárias da Zâmbia em 1991. Estas eleições foram ganhas pelo Movimento recém-formado para a Democracia Multipartidária (MMD), que substituiu o UNIP que era o partido político dominante na Zâmbia, e o líder do MMD, Frederick Chiluba, um ex-líder sindical, foi eleito presidente. O partido MMD conquistou 131 dos 150 assentos no parlamento, reduzindo UNIP a dezenas de parlamentares em todo país, e seu candidato presidencial, o ex-líder sindical Frederick Chiluba, ganhou a presidência em uma vitória majoritária. É importante salientar que o partido MMD tinha mais de dois terços dos assentos na Assembleia Nacional, logo, calcula-se que o primeiro governo do MMD, tinha o poder de alterar a Constituição de forma unilateral. Aproveitando-se desta situação, o partido MMD, introduziu em 1995 algumas alterações cosméticas na Constituição, o que foi considerado 3ª República na Zâmbia desde a independência¹⁰.

Competição Política-Eleitoral em comparativa: os casos de Moçambique e Zâmbia

O caminho percorrido pelos dois países apresentou diferenças e similaridades. Considerando a trajetória histórica, a herança colonial e a estrutura social da própria democratização, viu-se que Moçambique pós-independência implanta o regime de partido único - FRELIMO, e que seguiu a governança com ideologia socialista, da centralização da economia e da política nos maus do Estado e do controle de todos os segmentos da sociedade. Diferentemente, a Zâmbia, post independente, reinou a democracia multipartidária e havia eleições competitivas, e mais tarde, houve a introdução do regime de partido único, neste caso a UNIP. Do mesmo modo que evidenciamos as diferenças, recorrer à própria herança colonial nos dois países, que foi fundamental para estruturar os estados Africanos como um todo. A *tabela 1* faz uma descrição em perspectiva comparada do sistema político, e formato da competição política e eleitoral nos dois países (Zâmbia e Moçambique) desde a independência. Em termos práticos, evidencia-se que os dois países apresentam sistemas partidários

10 Como explica Kabemba e Eiseman (2004), a intenção ao alterar a constituição era clara. Verificou-se que uma das mudanças na nova Constituição, foi que era necessário que qualquer um que aspira à candidatar-se a presidência deveria provar que os seus pais eram zambianos. Isso de fato, era uma regra percebida por muitos para ser destinado a impedir a candidatura de Kaunda, cujo pai nasceu no Malawi. Além disso, ninguém deveria se candidatar, caso os pais não tenham morado/vivido na Zâmbia durante pelo menos 20 anos. Esta segunda regra o alvo era o Congresso Democrático da Zâmbia (ZDC) e seu líder Dean Mungomba.

inicialmente, de partido único e multipartidarismo, e posteriormente à redemocratização, um sistema multipartidário que começou a emergir a partir de grupos endógenos aos partidos no governo. Este caminho coincidiu com as crises econômicas e sociais que os dois países atravessavam, aliada as exigências externas oriundas do fim da guerra fria e a predominância das Nações Unidas com os seus programas de ajustamento via BM e FMI, bem como o fim da apartheid na África do Sul (OLK, 2003; Southall 2003; Nuvunga 2007; Pavia s/d). Assim, tanto Moçambique, quanto Zâmbia, houve necessidade da elaboração de novas Constituições e novos arranjos institucionais, que redesenhavam o quadro político e institucional, a um sistema político e eleitoral que seria possível à participação democrática e multipartidária de todos os segmentos da sociedade.

Tabela 1 - Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique e Zâmbia (1991 a 2014)

	Moçambique	Zâmbia
Sistema Eleitoral	Representação Proporcional para Parlamento; lista fechada com distritos que variam a sua magnitude: são 250 assentos parlamentares. Nos distritos com maior magnitude eleitoral, a distribuição de assentos varia de 49 a 52. E os de menor magnitude variam de 10 a 14 assentos.	First past the post FPTP para o Parlamento; Parlamento com 158, dos quais 150 são eleitos pelo voto popular e 8 escolhidos indicados pelo presidente;
Formato da Competição Partidária	Majoritário de dois turnos para presidente (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto); Dominante (1994 a 2014) FRELIMO, com uma tendência do Bipartidarismo (1994 a 1999); Tendência quase de dois partidos e meio (1994; 2009 e 2014).	Majoritário simples para Eleição do Presidente. Dominante: 1991-2001 MMD; Multipartidarismo fragmentado: De 2001 até hoje, com algumas variações: PF, MMD, UNPD, UDA, FDD, UNIP, ZRP, HP, ZDC, ADD.

Fonte: Compilado pelos autores. Com base nos dados African Elections DataBase (<http://africanelections.tripod.com>) 2016.

Os dois países tiveram trajetórias diferentes e seus sistemas político e eleitoral, seguem esta estrutura, em razão de duas explicativas. Primeiro, o fato de Moçambique teve sua primeira experiência em Processos Eleitorais multipartidários, nos meados da década de 1990, especificamente em 1994. Segundo, Zâmbia diferentemente já teve situação experiência multipartidária em 1964 e 1968, que se veio retomar em 1991. Destacamos que os dois países tiveram experiências de sistemas de partido único, mas que se diferenciam no momento de adoção. No caso de Moçambique, o sistema unipartidário seguiu a lógica de muitos países da África Lusófona, destacando Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, onde os movimentos de guerrilha, que lutaram em favor da independência, se (auto) intitularam os responsáveis do povo. No caso da Zâmbia, o sistema de partido único foi introduzido como a partir da influência da ala radical do partido UNIP (Scarritt 2007; Scarritt 2012). Isto é, dentro do partido, alguns segmentos convenceram o presidente Kenneth Kaunda com a ideia de que já teria chegado o momento certo para introduzir e construir um Estado de partido único. Como nota Kabemba e Eiseman (2004), a adoção legal do sistema de partido único, tinha em vista tentar lidar com a crescente fragmentação com base em divisões tribais e étnicas no País.

Em termos de participação política, os dois casos evidencia que havia participação popular na escolha dos membros do parlamento, mesmo em períodos de partido único. Isso é ilustrado com a realização das eleições, onde o povo participava na escolha dos representantes, mas em conformes do Partido-Estado, ou seja, mesmo que o povo participasse, a escolha recaía em última instância ao Partido-Estado. Em Moçambique, a história política e eleitoral demonstra que mesmo nas situações que a população escolhia certo representante, se o partido FRELIMO tivesse persuasão de que não compartilha dos mesmos ideais da revolução, não era escolhido. Isso ocorreu, por exemplo, nas eleições 1977 e 1986, na província de Nampula, no distrito de Érati, conforme os depoimentos disponíveis no livro “A causa das Armas em Moçambique” de Geffray (1992).

Moçambique e Zâmbia, apesar das suas diferenças nos processos políticos eleitorais, têm mostrado que desde a realização das eleições multipartidárias no início da década de 90, do século XX, estão em uma caminhada considerável dentro dos parâmetros da democracia eleitoral. Apesar das dificuldades e problemas inerentes à desconfiança entre a oposição e o partido no poder (Donge 2006; Pitcher 2004) não existe interdição e muita violência nos processos eleitorais. Até ao momento, Moçambique realizou cinco eleições gerais para Presidente da República e Deputados e quatro pleitos locais, para representantes os municípios. E a Zâmbia, tem sete experiências eleitorais de democracia multipartidária,

para eleições legislativas e presidenciais, que incluem se nesta lista, as eleições de 1964 e 1968, consideradas multipartidárias.

Dinâmicas da competição política-eleitoral nos dois países

Neste estudo, para fins teóricos e metodológicos, a competição eleitoral é avaliada de eleição para eleição, como forma de evitar generalizações que podem enviesar nossa análise mais geral do formato da competição. A partir de uma análise contextual e considerando os condicionalismos contextuais, nosso objetivo é avaliar a competição política a partir dos resultados eleitorais de cada eleição, considerando o número de partidos no parlamento e a alternância no poder. Todavia, verificamos as tendências mais gerais postuladas por Duverger (1954), Sartori (1982), sobre partidos e competição eleitoral, na sua relação com o sistema partidário (pré) dominantes, bipartidário, multipartidário que foram verificados em cada processo eleitoral nos dois casos.

Em Moçambique, desde as primeiras eleições fundadoras em 1994, houve uma tendência para o bipartidarismo. Os estudos na década de 90 (De Brito 1995; Pereira 1996), ilustravam que Moçambique era um sistema bipartidário. Entretanto, na nossa análise, este pressuposto não se confirma, visto que, as características típicas de um sistema bipartidário, do ponto de vista teórico, não se enquadram em Moçambique. *Por quê?* Em princípio, o sistema bipartidário tem inegavelmente dois partidos que estão em competição por uma maioria absoluta, e esta está ao alcance dos ambos (Rae, 1967; Sartori 1982; Tavares 1994). E o sistema bipartidário apresenta vários partidos e apenas dois, entre os quais a força eleitoral se distribui com equilíbrio estável, e com probabilidades de conquistar o governo por via de eleições. Até então, estes elementos teóricos descreveriam Moçambique nas primeiras duas eleições (1994 e 1999) como um bipartidarismo, contudo não institucionalizado¹¹.

11 Moçambique ainda não consolidou o seu sistema partidário. Até o momento, teve 5 experiências eleitorais, e que significa que, ainda é um espaço de tempo muito curto para se afirmar o formato do sistema partidário. O que se verifica são tendências mais gerais da competição política e eleitoral.

Tabela 2 - Distribuição de Assentos Parlamentares em Moçambique: 1994-2014

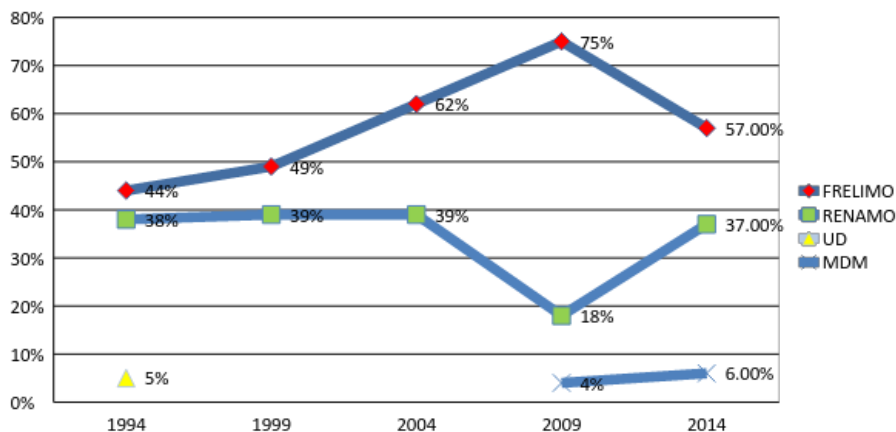
Partidos	1994	1999	2004	2009	2014
FRELIMO	129	133	160	191	144
RENAMO	112	117	90	51	89
UD	9	-	-	-	-
MDM	-	-	-	8	17
Total de Assentos	250	250	250	250	250

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados CNE, 2016.

A indicação ambígua do bipartidarismo encontrou sua limitação pelo fato de não existir alternância nem efetiva e nem parcial no poder. Do ponto de vista teórico e empírico, o bipartidarismo tende ao *duopólio partidário*, isto é, dois partidos dominam o camp político e há efetivamente alternância no governo. Todavia, Sartori (1982) mostra que o mais importante não é efetivamente alternância no governo, mas, *o partido na oposição poder razoavelmente esperar tal alternância*. Neste caso, Moçambique não deve ser negado a sua tipificação bipartidária, pois os resultados eleitorais de 1994 e 1999 evidenciam um equilíbrio da força eleitoral dos dois maiores partidos – FRELIMO e RENAMO.

Outro autor, Rae (1967) elucida que bipartidarismo, pode ser mensurado a partir dos resultados de uma eleição, onde o primeiro partido deve obrigatoriamente obter quase 70% das cadeiras legislativas e se conjugado com o segundo partido, os dois devem detém pelo menos 90% das cadeiras. Em certa medida, Moçambique ao menos nas eleições de 1994, 2009 e 2014, pode ser considerado um sistema bipartidário, pois o partido FRELIMO conseguiu acima de 70% dos Assentos parlamentares, e combinado com o partido RENAMO, obtinham 90%. Algumas pesquisas de opinião indicavam que Moçambique passasse de um estado bipartidário para o sistema de dois partidos e meio como indicado por Sartori (1982), Rae (1967). Desta forma, previu-se que a RENAMO poderia seu espaço para o novo partido “Movimento Democrático de Moçambique” (MDM). Entretanto, os resultados eleitorais de 2009 e 2014, assinalaram que a estrutura do campo político moçambicano é leal e longe de se redefinir.

Gráfico 2 - Competição Eleitoral para Parlamento em Moçambique: 1994-2014



Fonte: Compilado pelos autores, com base nos dados oficiais da CNE-STAE, 2016.

Várias razões ilustram a tendência do bipartidarismo, porém não é menos verdade dizer que o formato da competição em Moçambique passou de um estado de quase bipartidário, para hegemônico em 2004. Sublinhamos o fato de a FRELIMO ser o único partido em várias esferas que conta mais em detrimento dos demais, o que valeu-lhe a nossa tipificação de hegemonia¹². Ao mesmo tempo em que a FRELIMO sempre permitiu que existissem outros partidos satélites, mas o monopólio do governo, quer dizer, o governo central, sempre esteve sob sua alçada.

Em relação à Zâmbia, caminhamos seguindo o argumento de que as propriedades da competição política e eleitoral a priori apresenta duas dicotomias: é um sistema de partido (pré) dominante (1991 a 2001) e um sistema partidário competitivo e multipartidário (a partir das eleições de 2001). É com base nestes pressupostos analíticos (Sartori 1982; Tavares 1994) que neste estudo mostramos que a partir de 2001 houve tendência a um multipartidarismo ou (sistema pluripartidário) na tipologia de Sartori. Neste período, o que se verificou na Zâmbia foi que nenhum partido obteve maioria absoluta, e o governo do partido Movimento para a Democracia Multipartidária precisou de coalizões. Do mesmo modo os resultados eleitorais mostram que a tendência da alternância no poder que em si constitui um elemento para análise a competitividade eleitoral (Scarritt 2012). Desde 1991, o Partido MMD vence as eleições, e continuamente

¹² Recordar que a tipificação que está sendo feita da ideia da hegemonia da FRELIMO, devemos tomar cautela ao colocar numa linha contínua imaginária, porque efetivamente em 2004, partido FRELIMO quase se constitui um partido Hegemônico. Vide: Forquilha e Orre (2011).

foi alargando sua influência na cena política, que culminou na sua predominância (1991 a 2011), altura que perde a sua supremacia, em termos de assentos parlamentares, mas o seu candidato presidencial continuou vencendo até em 2011 (Donge 2006; Scarritt 2007). O partido UNIP, depois de ter perdido as eleições de 1991, quase desaparece da cena política, e só voltaria em 2011, mas com uma força política insignificante¹³.

Tabela 3 - Assentos Parlamentares nas disputas legislativas na Zâmbia: 1991-2011

Partidos	1991	1996	2001	2006	2011
MDD	125	131	69	72	55
UNIP	25	-	13	-	-
ZDC	-	2	-	-	-
NC	-	-	-	-	-
AZ	-	2	-	-	-
MDP	-	-	-	-	-
NP	-	5	-	-	-
NLD	-	-	-	-	-
SDP	-	-	-	-	-
NCC	-	-	-	-	-
PF	-	-	1	44	60
HP	-	-	4	-	-
FDD	-	-	12	-	1
UPND	-	-	49	-	28
ZRP	-	-	1	-	-
Independent	-	10	-	2	-
UDA	-	-	-	27	-
NDF	-	-	-	1	-
ULP	-	-	-	2	-
ADD	-	-	-	-	1
Total de Assentos	150	150	150	150	150

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em dados African Elections Data Base (2016)

O sistema eleitoral zambiano permite a representatividade de quase a totalidade dos partidos, o que lhe configura o pluripartidarismo,

¹³ O partido UNIP voltou em 2001 a concorrer nas eleições legislativas e os resultados mostram que obteve o. 69%, do total da votação, e o candidato Presidencial do mesmo partido (Tiyenji Kaunda) obteve o.36%. A nossa descrição aqui do partido UNIP, é pelo fato de ter sido o partido dominante de 1964 a 1991, e partido único no período de 1972 à 1991. Após perder as eleições multipartidárias de 1991, o partido desapareceu no mapa Político.

mas de fato, o que ocorre é a predominância de um, dois e três partidos como aconteceu em 2001 e 2011. Neste contexto, com exceção do partido MMD, na Zâmbia, há uma tendência de alguns partidos relevantes ou não relevantes em desaparecer de uma legislatura a outra¹⁴. Dito isto, um dos reflexos evidentes da competição política e eleitoral na Zâmbia é a alternância no poder. Recordar que entre 1991 a 2011, ocorreu alternância no poder (saída do poder do MMD e entrada do partido Frente Patriótica - PF). Neste caminho, desde 2001 a 2011, a competição eleitoral por via da representação de diferentes partidos nos ciclos legislativos tem aumentado. Este aumento se deu em função da perda do apoio eleitoral do partido MMD e propiciou uma competição política e eleitoral apertada, tipicamente dos sistemas multipartidários e quase fragmentados.

Conclusões

Neste estudo, procurou-se mostrar que os processos de transição e democratização na África apresentam algumas similaridades e singularidades. Do ponto de vista de similaridades, destacou-se a trajetória histórica da própria herança colonial e a estrutura social da democratização, e as singularidades, foi a maneira que os partidos passaram de um estado não democrático de partido único, para as democracias dos finais de 1980. Assim, a abertura política dos países africanos significou o início do processo de transição e implantação das eleições multipartidárias, porém, o mesmo não pode ser dito em relação a Zâmbia, porque após a independência do país em 1964, viverá uma democracia multipartidária.

A partir da análise histórico-comparativa, entende-se que a escolha institucional (modelo de governo, sistema eleitoral) depois da independência dos dois países, foi um dos fatores explicativos da trajetória que os partidos políticos percorreram. Por exemplo, nos dois países, mesmo de forma diferenciada, houve experiências de sistemas unipartidários (Moçambique: 1975 a 1994 e Zâmbia 1972 a 1991), mas a sua efetivação teve trajetória diferenciada. Seguidamente, temos evidências dos fatores internos, tais como crises econômicas e sociais, que influenciaram também o processo de troca de regime e redemocratização nos dois países.

Havia várias razões para o processo de democratização. No caso de Moçambique, o processo de abertura política e consequente eleições

¹⁴ Este cenário se sucedeu com o UNIP (entre 1991 que só voltaria em 2001), Agenda para Zâmbia-AZ (existiu em 1996 e jamais voltou à cena política com mais visibilidade), Congresso Democrático Zambiano-ZDC (existiu em 1996, desaparecendo na cena política com maior visibilidade).

multipartidárias laureou o Partido-Estado FRELIMO, e no caso da Zâmbia, o recém-partido formado MMD derrotou o então Partido-Estado UNIP, com uma larga vantagem (MMD obteve 76% dos votos contra 24% do UNIP). Na decorrência disso, Moçambique consegue consolidar o sistema bipartidário, com tendências de dois partidos e meio, enquanto na Zâmbia as suas propriedades enfatizaram uma tendência de domínio do MMD de forma predominante, ocupando acima de 80% dos assentos de entre 1991 e 1996.

A alternância no poder foi empregada neste estudo como um dos indicadores para analisar a competição política e eleitoral. No caso de Moçambique, ocorridas cinco eleições (1994 a 2014), ainda não teve alternância no poder. Fragilizando deste modo, uma das dimensões do sistema bipartidário. No entanto, a Zâmbia, passado 20 anos após a realização de (novas) eleições multipartidárias, houve alternância. Entretanto, a competição eleitoral na Zâmbia principalmente a composição do parlamento, constitui em si, um indicador de um sistema pluripartidário. Razão pela qual, neste trabalho, demonstramos que, se é verdade que Moçambique vive um sistema bipartidário de fato, então não é menos verdade que em 2004, Moçambique vivenciou um sistema partidário hegemônico. De outra forma, a Zâmbia, ao longo do tempo tem sido um sistema multipartidário, quase fragmentado e com flutuações constantes na composição parlamentar.

REFERÊNCIAS

- Ames, B. 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Bratton, M., e Van de Walle. N. 1997. *Democratic experiments in Africa: Regime transitions in Comparative perspective*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Carothers, T. 2002. "The end of the transition paradigm". *Journal of democracy*, 13. 2002.
- Carpizo, J. 2007. *Concepto de democracia y sistema de gobierno en América Latina*. México: UNAM.
- Cintra, A. 2007. "Sistema Eleitoral". In AVRITZER, L e ANASTASIA, F (org). *Reforma Política no Brasil*; Belo Horizonte; Editora UFMG; p: 128-132.
- Crus, M. (org.). 1998. *Sistemas eleitorais: Um debate científico*. Edição Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.

- Dahl, R. 1996. *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven, Conn.: Yale University Press.
- Darnhof, S. 1997. *Democratic Electioneering in Southern Africa: The Contrasting Cases of Botswana and Zimbabwe*. Goteborg University, Sweden.
- De Brito, L. 1995. “O Comportamento Eleitoral nas Primeiras Eleições Multipartidárias em Moçambique”. In B. Mazula, ed. *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo.
- De Brito, L. 2014. “Uma reflexão sobre o desafio da Paz em Moçambique”. *Desafios para Moçambique*. IESE.
- Dias, A. 2012. *A Competição Eleitoral nas Democracias Emergentes da África Subsaariana*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.
- Elgie, R. 2005. “From Linz to Tsebelis: three waves of presidential/parliamentary studies?” *Democratization*. V. 12, n. 1.
- Feres, Jr. e Pogrebinsc, T. 2010. “Democracia, cidadania e justiça”. In: Capítulo 12. *Coleção Explorando o Ensino; Sociologia – Volume 15*.
- Furtado, C. 1998. “Democracia em África: Possibilidades e Limites”. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo.
- Gaxie, D. 1996. *La démocratie représentative*. Clefs Politique. Paris: Montchrestien.
- Geffray, C. 1991. *A Causa das Armas*. Edições Afrontamento. Porto
- Hawkins. K. 2016. “Chavismo, Liberal Democracy, and Radical Democracy”. *Annual Review of Political Science*. Vol. 19: 311-329.
- Hayward, D. (ed). 1991. “Elections in independent Africa”. West review Press, Boulder.
- Held, D. 1991. “Sistema Global e Democracia. A democracia, o estado-nação e o sistema global”. *Lua Nova* no. 23, São Paulo.
- História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.1272.
- Horowitz, D. 1991. *A democratic South Africa? Constitutional Engineering in a Divided Society*. California University Press. Berkeley. Oxford.
- Huntington, S. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, OK: University of Oklahoma Press.
- Ibrahim, J. s/d. “Transition Démocratique en Afrique: Le défi d’un nouveau programme,” In:
- JOSÉ, A. 2006. “Autoridades Arditosas e Democracia em Moçambique. O cabo dos Trabalhos”. *Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*.

- Kabemba, C e Eiseman, M. 2004. *MULTIPARTYISM IN ZAMBIA; in Elections and democracy in Zambia*. in EISA research report.
- Lavroff, D. 1975. *Os partidos Políticos de África Negra*. Tradução p/ Português. Amadora Livraria Bertrand.
- Macuanne, J. 2010. “Reforma, Contestação Eleitoral e Consolidação da Democracia em Moçambique”. Revista Científica Inter-Universitária. Economia, Política e Desenvolvimento. CAP-CENTRO DE ANÁLISE DE POLÍTICAS DA FLCS / UEM.
- Mafeje, A. 1995. *Théorie de la démocratie et discours africain: Cassons la croute, mes compagnons de Voyage*. In Chole e Ibrahim, J. (Org). *Processus Démocratique en Afique: Problemas et perspectives*. Dakar, Condesia.
- Mainwaring, S. 1993. “Presidentialism, multipartism and democracy: the difficult combination.” *Comparative political studies*, n. 26.
- Manning, C. 2002. “The Politics of Peace in Mozambique: Post-Conflict Democratization, 1992-2000”. Westport, CT, Praeger Publishers.
- Morlino, C. 1986. “Consolidación democrática. Definición, modelos, hipótesis”. En: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas* 35, 7-61.
- Nuvunga, A. 2000. “Experiências com Partidos Políticos em Novas Democracias: O deixa andar no quadro institucional em Moçambique”. *Cadernos ADENAUER VIII*, nº 3.
- O’donnell, G. e Schmitter, P. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- PAavia. J. s/d. “A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead”. S/l.
- Pereira, J. 1996. *Comportamento Eleitoral em Marromeu*. Maputo. Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Dissertação de Licenciatura.
- Phiri, Z e Macheve Jr. 2015. *A. Mozambique’s peace decades since the end of the conflict: Inclusive or managed democracy?* Madalitso Pretoria, South Africa.
- Pippa, N. 1997. “Choosing Electoral Systems: Proportional, Majoritarian and Mixed Systems”. *International Political Science Review*, 18 (3): 297-312.
- Pitcher, M. A. 2002. *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Pitcher, M. A. 2004. “Conditions, Commitments and the Politics of Restructuring in Africa”. *Comparative Politics*. 379-398.
- Pitkin, H. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of Cali-

- fornia Press.
- Power, T. 2015. 'Presidencialismo de coalizão e o design institucional no Brasil: o que sabemos até agora?'. In Sathler, A. e Braga, R. *Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas*. Câmara dos deputados, Edição Câmara.
- Rae, D. 1967. *The political consequences of electoral laws*. New haven and London, Yale University Press.
- Rasmussen, T. 1974. *The Popular Basis of Anti-Colonial Protest in Politics in Zambia*. Ed. William Tordoff. Manchester: Manchester University Press.
- Sahr, J. 1992. *Democratization in Africa*. Washington, DC: National Academy Press.
- Sanches, E. 2014. "Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia". Universidade de Lisboa, Portugal.
- Sartori, G. 1982. *Partidos e Sistemas Partidários*. Tradução de Sérgio Bath. Editora Brasilia. UnB.
- Southall, R. 2003. "Democracy in Africa: Moving Beyond a Difficult Legacy". In Democracy and Governance Research Programme. Occasional Paper 2. Series Editor: Prof. Roger Southall, Executive D. Director: Democracy and Governance Research Programme, Human sciences Research Council. By HSRC. South Africa.
- Tavares, J. 1994. *Sistemas Eleitorais nas democracias contemporâneas: Teoria, Instituições e estratégias*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Terenciano, F. 2016. *Competição Política e Geografia Eleitoral em Moçambique (1994-2014)*. Programa de Pós Graduação em Ciência Política - Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado em Ciência Política.
- Visentini, P. 2016. "Revoluções e Relações Internacionais: O caso Africano". *Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.1, Jan./Jun.*
- Wantchekon, L e Jensen, N. 2004. *Resource Wealth and Political Regimes in Africa*. Yale University press.
- Ware, A. 1996. *Partidos Políticos y Sistemas de Partido*. Série Ciência Política. Colección. Madrid-Espanã.
- Whitehead, L. 2001. *The International Dimensions of Democratization*. Oxford University Press, Oxford.
- Wiseman, J. 1997. *The Rise and Fall and Rise (and Fall?) Of Democracy in Sub-Saharan African Potter*. The Open University, Cambridge.

Zovatto, D. 2007. “Las instituciones de democracia directa”. En: Nohlen, D. e Zovatto, D. Orozco, J. e Thompson, J. (Comp.): Tratado de derecho electoral comparado de América Latina, 2ª edición, México: Fondo de Cultura Económica, 134-161.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os processos de democratização e competição política na África em dois estudos de caso: Moçambique e Zâmbia. O trabalho parte da evidência de que a democracia é um sistema que deve permitir a confrontação das diversas forças políticas e sociais e a sua legitimidade advém do reconhecimento dos atores envolvidos em seus processos políticos e eleitorais como um todo. Metodologicamente, o trabalho foi desenvolvido numa perspectiva comparativa, seguindo a análise de dados secundários existentes sobre os resultados eleitorais na África Austral, auxiliou-se com a discussão teórica sobre história política da África e dos sistemas eleitorais e partidários. Ao mesmo tempo, reinterpretemos os dados eleitorais agregados, demonstrando as variações ao longo da competição política e partidária nos dois casos. Assim, o estudo conclui que há uma relação entre a trajetória histórica e política e os padrões da competição eleitoral nos dois países, e que foram determinantes no processo da transição para a democracia. De forma diferenciada, os dois países tiveram experiências de sistemas de partido único (Moçambique: 1975 a 1994 e Zâmbia 1972 a 1991), contudo o processo de efetivação e abertura política foi diferencial.

PALAVRAS-CHAVE

Democratização; Eleições; Competição Política; África.

*Recebido em 14 de agosto de 2016.
Aprovado em 7 de novembro de 2016.*